

A travessia do analista: da alienação à separação

Fernanda Vial Costa¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pensar o analista implicado em sua formação e o difícil percurso que possibilita reconhecer-se nesse lugar. É traçado um paralelo entre a constituição do sujeito e a travessia que propicia o constituir (se) do analista, por meio do tripé analítico. É defendida a ideia de que a análise pessoal funciona como um pé fundante na constituição do analista. Somente através deste, os outros pés – supervisão e teoria – alcançariam o seu caráter de importância na formação. Este estudo foi fundamentado em autores contemporâneos e nas teorias freudiana e lacaniana. Assim como a formação do analista é inacabada, faz-se importante salientar o momento em que este trabalho foi pensado. A autora encontra-se no 4º ano dos seminários do CEPdePA, marcando com isso um primeiro tempo da formação analítica e a necessidade de seguir pensando, construindo, desconstruindo e elaborando o sustentar desse lugar desconhecido do ser analista.

Palavras-chave: Constituição. Formação. Sujeito. Analista. Autorização.

1 INTRODUÇÃO

Na proposição de 09 de outubro de 1967, Lacan afirma: “O psicanalista só se autoriza por si mesmo”. Mais tarde, no Seminário XXIV de 1974, ele acrescenta: “Les non-dupes errent (e por alguns outros).”

(Jacques Lacan)

¹ Psicanalista em formação, membro Provisório do CEPdePA.

Este escrito tem como objetivo pensar o analista implicado em sua formação e o trabalhoso percurso que possibilita reconhecer-se nesse lugar. Inicialmente, traçarei um paralelo entre a constituição do sujeito e a travessia que propicia o constituir (se) do analista, por meio do tripé analítico.

A construção psíquica é um processo pelo qual o bebê humano precisa passar, para que venha a se constituir enquanto sujeito. Freud (1905) explica que, ao nascer, por sua dependência, o bebê precisa do outro para lhe dar um lugar de existência; para isso, é necessária a linguagem. “A essa condição Freud deu o nome de desamparo fundamental (*Hilflosigkeit*) do ser humano, que exige a intervenção de um adulto próximo (*Nebenmensch*) que perpetre a ação específica necessária à sobrevivência do ser humano desamparado.” (ELIA, 2010, p. 39).

Ao tratar da constituição do sujeito, Lacan (1964) afirma que ele se constitui no campo do Outro, imerso na linguagem e nos efeitos das operações de alienação e separação. A condição de desamparo com que o bebê vem à vida faz com que ele se experimente como um corpo despedaçado e sem significação. Esse caos só consegue ser suportado na relação com o outro. A alienação é uma via de salvação; ela é necessária para suportar esse despedaçamento do Eu. Contudo, assujeitar-se ao Outro implica assujeitar-se ao desejo desse Outro (SIRELLI, 2010).

Nesse sentido, será necessário que o sujeito desprenda-se do desejo do Outro. É preciso se separar do Outro para se constituir enquanto sujeito e um sujeito desejante (LACAN, 1964). É a Lei do Pai que significa, que dá limites, que separa, que corta a relação de completude entre mãe e bebê, e que lembra a ambos que o desejo é da ordem do impossível (MELLO, 2007).

A partir disso, podemos perceber a importância do Outro, a fim de que o sujeito autorize-se a ser autor de sua própria existência, tornando-se um sujeito desejante. Logo, a ideia lançada neste escrito é que, da mesma forma que na constituição do sujeito é fundamental o encontro com o Outro para que se possa trilhar o próprio caminho, na constituição do analista, também existem Outros e outros, que são necessários para que essa travessia aconteça, e, assim, o analista possa autorizar-se a exercer a psicanálise.

Em 1937, Freud indaga: “Mas onde e como pode o pobre infeliz adquirir as qualificações ideais de que necessitará em sua profissão? A resposta é: na análise de

si mesmo, com a qual começa sua preparação para a futura atividade” (FREUD, 1937, p. 262).

Para Jorge (2006), a ideia mais impressionante de Lacan é que existe uma estrutura interna da formação do analista, cuja base é a análise pessoal relacionada com o ensino teórico e a supervisão. Sobre isso, Jorge (2010, p. 4) salienta:

[...] não é raro ver, de uma experiência psicanalítica que conduzimos, nascer um psicanalista num determinado sujeito que jamais estudou a teoria psicanalítica. Outro ensinamento é o contrário desse: jamais vemos nascer um psicanalista por meio de mero estudo da teoria psicanalítica.

Escolhi iniciar este texto escrevendo sobre a análise pessoal do analista, pois acredito que o outro deste “pé analítico” – o analista do analista –, aqui chamado de “Outro”, é fundante na condição psíquica do sujeito/analista, para que este se relacione e construa o seu lugar singular, nas instituições, nos grupos de estudos e nos coletivos de que venha a fazer parte.

2 O OUTRO: A ANÁLISE DO ANALISTA

“O ‘corpo sem órgãos’ é o nome deste corpo feito e reorganizado que, uma vez libertado de seus automatismos, se abre para ‘dançar pelo inverso’.”

(Antonin Artaud)

Assim como o bebê nasce em uma condição de desamparo, dependência e alienação a um Outro, o início de um processo analítico também é marcado pelo encontro com um Outro, o que possibilita o início de uma travessia. Schnaiderman (1988, p. 12) indica que “Analisar é fazer, e fazer com um outro”.

No texto *A dinâmica da transferência*, Freud (1912a) situa essa última como um dos pilares do tratamento analítico. O modo de situá-la, inicialmente, é pela repetição da história inconsciente do sujeito, que consiste em reproduzir um estereótipo inconsciente, a partir das experiências dos primeiros anos e da disposição inata.

A transferência é o que sustenta e possibilita um trabalho analítico. Seguindo os passos de Freud, Lacan (1964) vai marcar que esse conceito – pensado como o próprio conceito de análise – ganha todo o seu valor pela função que adquire no trabalho psicanalítico. Para melhor delimitá-lo, formula a noção de sujeito suposto saber. Esse lugar de suposto saber – ao qual o analisando lança o analista – é fundamental para que o trabalho se inicie. Para Lacan (1964, p. 220), “desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber [...], há transferência.”

Quando alguém procura um psicanalista, supõe que este possua um saber, não qualquer saber, mas um saber de sentido, um saber sobre o seu sintoma, sobre si. O analista é esse ouvinte privilegiado que, do lugar do Outro, convida o analisando a falar o que lhe vier à cabeça, sem consideração pelas conveniências, conduzindo-o para a aplicação da regra analítica destacada por Freud: a associação livre (RINALDI, [2010]).

Nesse convite, a presença do analista procura assegurar ao analisando que tomar a palavra não será em vão, que algo se associará, e algum saber será elaborado. A situação analítica traz embutida, contudo, uma “falsa ilusão” do analisando de que este saber, o saber do inconsciente, de alguma forma está constituído no analista. É a própria transferência em vigor.

Para Cottet (1989), a ideia de sujeito suposto saber está intimamente ligada à questão do desejo, pois o analista somente ocupa esse lugar de sujeito suposto saber por ser um sujeito desejante.

“Se o amor, como efeito da transferência, ao fechar o inconsciente pela demanda de saber, faz com que o analisando coloque o analista na posição de mestre do desejo, é neste ponto que entra em jogo o desejo do analista.” (RINALDI, [2010], p. 4). Mas afinal qual é o desejo do analista?

O único desejo legítimo do analista que vale para a análise é o de que seu paciente se cure, ou seja, se liberte dele. O analista quer que seu paciente possa fazer, em relação a ele, o que não pode fazer em relação a seus pais – dizer: “de você já recebi o suficiente, obrigado. Agora vou procurar lá fora o resto do que me falta” (KEHL, 1987, p. 493).

Para Valabrega (1983), não é verdade que o analista não quer nada para o seu paciente. Ele não quer algo específico. Porém, quer que o paciente se desaliena, que transforme a relação entre o seu inconsciente e sua consciência, que leve o inconsciente à expressão e à consciência, à lucidez e à atividade.

Com o intuito de que isso aconteça, é necessário que se faça um trabalho de desidealização. É, no entanto, todo um trabalho de luto que implica os jogos identificatórios que se dão em todas as etapas de formação, mas aqui cabe pensarmos na identificação com o analista.

Em *Psicologia de grupo e a análise do ego*, no item “Enamoramento e hipnose”, Freud (1921) propõe algumas diferenças entre a identificação e a fascinação. Ele afirma que, na identificação, o Eu se enriquece com os atributos do objeto, que ficam parcialmente inscritos no Eu. Já no enamoramento, há um empobrecimento do Eu, uma entrega total ao objeto, uma cegueira apaixonada, pela qual tudo que o objeto pede e faz é justo e irrepreensível. O objeto, em vez de ocupar o lugar do Eu, pela introjeção de algumas de suas características, fica no lugar do ideal-do-Eu.

A identificação, então, é um mecanismo estruturante, formador do Eu, passível de ser feito/desfeito/refeito ao longo da vida, ainda que aconteça no nível do inconsciente. Na fascinação, com o empobrecimento do Eu, os atributos passíveis de ser apreciados ficam todos depositados no outro (SOUTO et al., 2010). No trabalho transferencial, a identificação possibilita o enriquecimento do Eu, diferentemente do que acontece no caso da fascinação, em que a transferência também cega e apaixonada que se estabelece contribui ainda mais para o esvaziamento do Eu.

Nesse sentido, Schnaiderman (1988, p. 14) destaca uma citação de Stein:

[...] um “setor reservado da transferência” que não é analisável e que diz respeito ao ideal comum no projeto manifesto da análise. É possível que este setor tenha de permanecer, mas todos sabem da importância da análise da transferência negativa, da transferência narcísica e da transferência apaixonada e alienante. [...] e nós sabemos que a não análise destes aspectos é que pode levar a uma idealidade da análise

e do analista, a uma encarnação da análise no analista e a uma identificação alienante e alienada.

Para que o analista possa se oferecer nesse jogo transferencial em um lugar analítico, a sua análise pessoal torna-se fundamental. Em 1912, no manuscrito *Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise*, Freud (1912b, p. 130) revela: “[...] todos que desejem efetuar análise em outras pessoas terão primeiramente de ser analisados por alguém com conhecimento técnico. [...] o sacrifício que implica revelar-se a outra pessoa, sem ser levado a isso pela doença, é amplamente recompensado”. Logo, para que haja um analista que se autorize a si mesmo, é preciso um outro que tenha se autorizado a ser psicanalista.

Criticando a formação da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), Lacan disse, em um chiste, “[...] que jamais falara de formação de psicanalista e sim de formações do inconsciente, dando importância radical à singularidade da experiência analítica” (SANTORO, 2007, p. 115). Isso nos ajuda a pensar que, para manter a função analítica, o analista deve se “deixar vivenciar” pela experiência de sua análise pessoal, que implica o encontro com um outro, e permitir reviver, através da relação transferencial, suas próprias vivências infantis, depurando-se com suas fantasias, seus medos e desejos. Pode, assim, se aproximar de seu inconsciente e possibilitar que a travessia aconteça: da alienação à separação.

O “deixar-se vivenciar” por uma experiência de análise passa pela relação de confiança que se estabelece na transferência. Como nos lembra Fingermann (2016, p. 33), “o agente da psicanálise é produzido e só pode ser produzido pela sua operação. Ninguém pode conduzir a experiência psicanalítica sem ter atravessado e ter sido transformado (deformado) pela experiência mesma”.

Para Quinet (2009, p. 37, grifo do autor),

O preço é abdicar de seu ser, *des-ser* (que é equivalente à “falta-a-ser do analista” revisitada pela teoria do objeto *a*), para poder bancar o objeto *a* para o analisante e abdicar de seu nome para poder ser reduzido ao significante qualquer *Sq* com o qual o sujeito o investirá na transferência.

É importante pensar também sobre os destinos da transferência na análise do analista. Sobre isso, já em 1910, Freud descrevia a importância de o analista abster-se de transformar o analisando em sua “propriedade privada” e, assim, decidir o destino dele, impondo-lhe os seus próprios ideais, desejos e vontades.

Birman (2003) define duas modalidades de transferências vividas pelos analisandos na relação com seus analistas, que definiriam um tipo particular de vínculo com estes: a *submissão* e a *felicidade*. O autor aborda as especificidades de uma e de outra, bem como os destinos que um possível masoquismo ou liberdade de pensamento tomam.

No que diz respeito à submissão, Birman (2003) revela que o sujeito fica em uma espécie de assujeitamento aos obstáculos e desejos do analista, identificando-se com a sua figura e com seu sistema de filiação. Coloca-se em uma posição masoquista, perdendo, com isso, a liberdade de dizer e de pensar.

Sobre isso, Mezan (1993) comenta que as análises marcadas pela submissão transferencial não são efetivas, pois inscrevem o sujeito em uma espécie de esterilidade psíquica, na qual o novo não tem espaço para ser gerado. Na maioria das vezes, os analisandos tornam-se discípulos do analista transmissor, tendo como consequência o empobrecimento do potencial criativo e da possibilidade de *nascer* e ser um sujeito do inconsciente.

Já na *felicidade* transferencial, a identificação não é direta com o analista, mas com a função analítica dele, que é correlata a uma transferência de trabalho com Freud. Nesse sentido, aos moldes freudianos, é possível transgredir para inovar, quando se pode des-alienar do desejo do Outro e buscar o seu próprio desejo. Tornar-se um sujeito desejante torna possível estar em uma posição analítica (BIRMAN, 2003).

É importante lembrar que a ética e a psicanálise são indissociáveis. Para a psicanálise, desde Freud, a ética é o compromisso inseparável do sujeito com o seu desejo. Isso implica a Lei, posto que o desejo só se constitui a partir da Lei que a todos marca como castração, a falta e o conflito (SANTOS, 2010).

Para finalizar esta parte da reflexão, sem ter a pretensão de colocar um ponto final, resgato a citação de Adorno (2009, p. 22): “[...] a recitação de coisas profundas não torna alguém profundo”. É preciso mais.

3 O OUTRO MAIS EXPERIENTE

“A introdução do Nome-do-Pai no lugar do Outro barra o acesso do sujeito ao gozo, e ele não mais poderá ocupar o lugar de objeto do gozo do Outro, a não ser na fantasia. Assim, o Outro, como lugar dos significantes, se torna o Outro como lugar da Lei. Essa operação tem como resultado a instauração de uma falta, que Freud chamou de castração, que terá como consequência tornar o Outro inconsciente...”

(Antonio Quinet)

Assim como na constituição do sujeito é necessário permitir a entrada de um terceiro na relação mãe/bebê – a fim de que este possa conquistar o seu lugar de autonomia e desalienação –, na constituição do analista, faz-se necessária a entrada de alguns outros.

Neste trabalho, priorizo a importância do processo analítico do psicanalista na sua constituição, tratando-o como fundante no vir a ser do analista em formação. Portanto, penso na análise do analista tendo um lugar especial no tão conhecido tripé da formação analítica.

Sabemos, contudo, que somente esse “pé” não basta. Precisamos de alguns outros para começar a caminhar e dar os primeiros passos no que chamamos de psicanálise. Por isso, optei por descrever também esses “outros” que possibilitam a continuidade da caminhada e que marcam a falta, tão necessária para que o bebê/analista siga buscando, aprendendo e tornando-se um sujeito pensante, desejante em busca de seus lugares e de sua própria história.

Esse outro pé que permite a caminhada será denominado de supervisão.

Assim como o processo analítico é entrelaçado por um jogo transferencial, permeado por identificações e idealizações, a relação com o supervisor também passa por essa trama transferencial. Diante disso, o supervisor terá o mesmo risco de ficar nesse lugar idealizado, narcísico, de grande Outro em que o supervisionando possa colocá-lo. “Não é fácil manter a dimensão analítica e que o supervisor saiba lidar não só com o material que lhe é trazido, mas com as posições

identificatórias e as manifestações transferenciais e contratransferenciais que se mobilizam.” (SCHNAIDERMAN, 1988, p. 14).

Dessa maneira, é importante perguntar: qual o lugar que ocupa “esse Outro”, o supervisor, na constituição do analista?

Freud, [...] como fundador da Psicanálise, não podia contar com o auxílio de um supervisor; contudo, podemos ver que era frequente, em sua prática, a reavaliação de seu trabalho junto a seus pacientes. Sabe-se que o lugar do terceiro entre ele e seus analisandos era, muitas vezes, desempenhado pela escrita de sua obra. Sua extensa correspondência com Fliess deixa ver que Freud, em alguns momentos, avalia tanto sua autoanálise quanto sua relação com um dado paciente. Ao lado disso, vemos que ele próprio foi, muitas vezes, procurado por seus discípulos, para um trabalho que se aproxima muito do formato do que se entende hoje por uma supervisão (MENDES, 2012, p. 50).

A supervisão constituiu-se como um lugar de fundamental importância para a transmissão da psicanálise, lugar este que, quase um século após seu surgimento no Instituto de Berlim, mantém-se presente em todos os institutos de formação. Inicialmente, o lugar de supervisor foi pensado como uma prática de vigilância e controle exercida no âmbito da formação do analista. No entanto, as propostas de Kovacs, Lacan e Valabrega contribuíram fundamentalmente para que a vigilância deixasse de ser um propósito, com o intuito de tentar evitar o risco que se corre quando as burocracias institucionais assumem a frente da formação. Essa mudança de perspectiva tornou-se possível à medida que os autores lançaram luz à impossibilidade de desvincular a supervisão da análise do supervisionando (MENDES, 2012).

De acordo com Mendes (2012), Lacan pronunciou, em 1964, o ato de fundação da Escola Freudiana de Paris (EFP), na qual instaurou seu laboratório de psicanálise, anulando todas as regras de uso clássico e explorando as diversas formas possíveis de tratamento, supervisão, seminários, etc. Em sua ruptura doutrinária (e jurídica) com a IPA, Lacan anunciava seu desejo de constituir uma

instituição verdadeiramente freudiana, que preservasse a liberdade e a política do inconsciente.

Nessa direção, Lacan parece introduzir uma noção de supervisão que se distancia do modelo de ensino e controle, e se aproxima de um modelo analítico, centrado no inconsciente, devendo, portanto, ser exercida pelo próprio analista do candidato (MENDES, 2012). Essa nova noção – que trazia também novas configurações para a Escola, seus membros e a formação – gerou fortes reações entre os analistas.

Foi assim que surgiu a ideia da *análise quarta*, modelo sugerido por Valabrega, sobre o qual Roudinesco (1988, p. 483) afirma que: “É impossível falar da própria análise com alguém que seja designado para essa função. [...] A única maneira de falar sobre a própria análise é a propósito de um objeto terceiro. E a situação mais indicada para ouvir alguma coisa sobre isso existe: é a supervisão”.

Segundo Quinet (2009, p. 125), “A supervisão é uma superaudição [como falou Lacan] do caso do analisando e do manejo do analista”. Gallano, citada por Quinet (2009, p. 125), “[...] compara a supervisão, enquanto superaudição, a uma ouvidoria psicanalítica[...]”, na qual o analista-supervisor escuta e remete ao analista-supervisionando “[...] as falhas do saber (dimensão epistêmica) e do ato analítico (dimensão do desejo do analista), tanto em sua condução quanto em seu dizer.”.

Para Mendes (2012), é necessário o confrontar do sujeito-analista com seu desejo de curar, de reconhecimento, de corresponder à demanda e seu desejo sexual, que, em alguns momentos, podem ser despertados. “Onde o analista aparece como sujeito – o que se chamou de contratransferência – a análise empaca e sai do discurso analítico” (MENDES, 2012, p. 53). Dito de outro modo, “[...] onde surge o desejo do sujeito-analista, desaparece o desejo do analista. E falha o ato do analista.” (QUINET, 2009, p. 127).

Para Jorge (2006), a formação analítica exige um trabalho contínuo, trazendo a ideia de uma formação permanente. A supervisão estabelece uma ponte entre a experiência clínica da psicanálise e seu estudo teórico.

Segundo Hausen e Paim Filho (2010), de um lado, a clínica concebe a teoria e, de outro, a teoria sustenta a clínica. Dessa forma, a supervisão tem o compromisso

de fazer ecoar os encontros e desencontros entre a autoria do textual e a autoria do processo analítico. “Sua relação com a teoria surge como um espaço a mais para que o teórico ganhe novos sentidos.” (HAUSEN; PAIM FILHO, 2010, p. 133).

Penso na supervisão como uma ponte que possibilita transitar entre a experiência da análise pessoal do analista e a teoria. É um lugar de possibilidades, de arejamento da escuta e de acesso a novos caminhos.

4 A TEORIA E O ENCONTRO COM O SUJEITO/ANALISTA

“É preciso ler isto, não com os olhos, não com a memória, mas com a imaginação.”

(Machado de Assis)

A travessia da teoria é um trabalho interminável. Ela tem uma consistência que impede que a atravessemos definitivamente. É uma vida dedicada à psicanálise. “O caminho dessa construção passa necessariamente pela análise pessoal. Pela superação de um passado que ainda está operando em prol da [...] pulsão epistemofílica e construção sem medo, vergonha ou nojo do seu próprio conhecimento” (DUTRA, 2010, p. 91).

Em 1926, no texto *A questão da análise leiga*, Freud afirma que não se tornará um analista aquele que só teoricamente conheceu a psicanálise. A análise pessoal é o lugar onde se aprende a ser analista.

Em 1910, Freud já nos lembrava que “[...] nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas [...]” (FREUD, 1910, p. 150). Nessa linha, só se entende verdadeiramente um texto psicanalítico quando se aprende a ler o inconsciente. “Leitura do inconsciente”, essa é a forma que Lacan (1972-1973) propõe, no *Seminário 20*, de tornar possível passar o gozo ao dizer, e é o que permite ao sujeito fazer um percurso desde antes de uma análise, quando ele ainda se encontra no “não quero saber nada disso”.

Em outras palavras, em seu processo de formação, o analista lê o texto pausado pela transferência e por sua identidade de analista, sustentada no tripé. A leitura imantada pela transferência alude a um olhar restritivo na escuta do texto (HAUSEN; PAIM FILHO, 2010).

Nesse sentido, Schnaiderman (1988, p. 12) lembra:

O conhecimento da teoria não é suficiente para tornar ninguém analista. A maneira como a teoria intervém no processo analítico não tem nenhum outro modelo, e nenhuma fórmula permite definir a sua função. Nenhum método geral permite encontrar a solução, que deve ser descoberta de cada vez.

A autora segue: “A teoria é um momento da elucidação, sempre lacunar e fragmentária. A teoria assegurada em si não existe nem nas matemáticas. A atividade de elucidação necessariamente ultrapassa as teorias e não se submete simplesmente a seus critérios.” (SCHNAIDERMAN, 1988, p. 12).

No artigo “O estilo, o analista e a escola”, Quinet (2015) assinala que o analista opera a partir de seu estilo, através do qual ele sustenta o desejo do analista, sendo este o operador lógico de todo o processo analítico. Por sua vez, Lacan (1959-1960) considera que o desejo do analista é uma função que se constitui a partir da análise do próprio analista, de sua experiência com o inconsciente em sua própria análise. “o sujeito vê soçobrar a segurança que extraía da fantasia em que se constitui, para cada um, sua janela para o real, o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um des-ser.” (LACAN, 1967, p. 259).

A análise pessoal é o que constitui a formação. É o que possibilita ao analista autorizar-se a si mesmo. Com essa proposição, Lacan (1967) amplia a questão da formação para além do tripé freudiano, lançando sobre os próprios analistas a responsabilidade de sustentar um desejo absolutamente singular: o desejo do analista.

Nesse sentido, Dutra (2010) revela que, no campo da construção do conhecimento, a ausência da construção total, do fechamento em um saber *a priori* que obturaria toda possibilidade de equívoco, de surgimento daquilo que tropeça, do que não tem sentido, ou do sentido por se fazer, pode ser positiva. A falta deveria ser uma marca sempre presente e não negada.

[...] para que o saber possa estar no lugar da verdade, é necessário que o grande Outro seja barrado. Freud aceitava o limite dessa barra, ele desejava acima de tudo escutar aquele

insabido – *Das Unbewusste*. Seus casos clínicos são comentados até hoje como fracassados pelos especialistas. Seus “erros” estão colocados em seus escritos. Ele não se preocupava nem modificava ou corrigia suas publicações, apenas acrescentava PÓS-ESCRITOS, denunciando que a Psicanálise não funciona como uma ciência exata e nem pretende ser toda (LIMA, 1992, p. 1).

Logo, a psicanálise não pode ser ensinada como as outras ciências. Schnaiderman (1988, p. 13) afirma que “Ensinar Psicanálise é um ato analítico e é um projeto de desalienação.”; desalienação, não do analisando, mas do discurso que se tem sobre o saber psicanalítico.

Francischelli (2010) destaca a ideia de Gadotti, quando este afirma que alfabetizar não é só ensinar o beabá; seria como ensinar a população a ser soberana. Agora sim, dentro dessa ideia, desalienar toma o mesmo sentido de alfabetizar. Ainda nessa linha, é formar para pensar, ou seja, formar para a liberdade da pessoa. Este é o verdadeiro sentido da formação. Formação, portanto, não é somente conhecimento teórico, mas é sofrer uma transformação interna que liberte o sujeito de suas amarras teóricas.

Contudo, faz-se necessário refletir sobre a transmissão/formação da psicanálise nas instituições psicanalíticas, nos seminários, grupos de estudos e coletivos que fazem parte do constituir-se do analista e quanto possibilitam a desalienação deste, promovendo um caminho autoral de responsabilização e reflexão sobre suas escolhas e, acima de tudo, seu desejo.

5 A TRAVESSIA: DA ALIENAÇÃO À DESALIENAÇÃO, DE ANALISANDO A ANALISTA

“É preciso o tempo para fazer traço daquilo que falhou em se revelar de saída.”

(Jacques Lacan)

Em seus estudos, a partir de Freud, Lacan se propôs a pensar e repensar a questão da formação. Acredito que esse seja o trabalho permanente do analista.

Além do tripé que foi base deste texto, sabemos da importância das instituições analíticas, dos pares e dos pacientes, para que seja possível o reconhecimento neste lugar de analista. No entanto, em 1912, Freud afirma que alguém só se torna analista “Pela análise dos próprios sonhos.” (FREUD, 1912b, p. 130).

Nesse sentido, resgato a importância do sonhar, do simbolizar, do ir ao encontro do inconsciente, deparando-se com os medos, as angústias, os desejos e as fantasias, nosso instrumento mais importante nesta travessia. Para que isso seja possível, a análise do analista, neste trabalho, é vista como constituinte no que diz respeito ao lugar do desejo do analista e, por conseguinte, na relação que se estabelece com a sua própria formação.

É dito e visto que os outros são de extrema importância na constituição do sujeito/analista. Sem o(s) Outro(s), seria inviável que a travessia acontecesse, mas também se torna necessário separar-se para conseguir autorizar-se por si mesmo.

A aquisição de um nome próprio nos é legada, herdada, recebida passivamente. A assunção desse nome é construída, no percurso de uma vida, na experiência de uma análise. Ação, atividade, trabalho de criação, re-criação de si. Por isso a designação analisante, pois o trabalho de análise é incumbência do sujeito que fala, sujeito que não assume o lugar de paciente, passivo, mas, sim, um lugar de atividade, lugar da fala, sujeito da linguagem (SOUTO et al., 2010, p. 46).

Acredito que o sujeito que nasce em uma condição de alienação/assujeitamento, com uma história já contada sobre si, tem o trabalho de resgatar a sua história e apropriar-se dela para que possa vir a ser um Sujeito no mundo e, portanto, um sujeito separado. Do mesmo modo, o analista em formação passa por essa construção, de um lugar passivo/alienado perante esses outros, para ocupar um lugar ativo/separado e faltoso. Logo, é fundamental que essa travessia aconteça, para que se possa ocupar o lugar de analista.

Jorge (2017) destaca que a experiência analítica – que, para Lacan, é centrada na travessia da fantasia – representa a possibilidade de expansão desses moldes

rígidos demais, por meio dos quais o sujeito constitui sua relação com o mundo e com seus semelhantes. “Ela não romperá esses moldes, mas os tornará flexíveis; não os desconstituirá, mas tornará presente a face estranha (*Unheimliche*) daquilo que lhe é familiar.” (JORGE, 2017, p. 247). Para o autor, existe a ideia de transformar a prisão domiciliar da fantasia em um regime semiaberto; ou seja, embora não abandone sua fantasia fundamental, o sujeito não é mais dominado por ela.

Na formação do analista, somos apresentados, através dos pés *teoria e supervisão*, a diversas formas de pensar, analisar, olhar e estar nesse lugar analítico. Identificamo-nos com alguns modos de trabalhar e seguimos um modelo, o que, muitas vezes, pode vir a ser uma via facilitada de um “jeito certo” de fazer psicanálise, um modelo rígido e colado do modo de ser de um outro.

Penso que é através do pé *análise pessoal* que o analista conquista essa outra via de acesso, que autoriza um modo próprio de ser e que permite que esses outros pés – teoria e supervisão – funcionem como uma bússola que o norteie e guie, para que ele mesmo possa encontrar a sua maneira de fazer psicanálise. A análise pessoal é, portanto, esse outro que permite que essa transmissão “geracional” aconteça. E aí, falamos da análise pessoal de todos esses “analistas” envolvidos nessa transmissão. Assim, fica o convite para seguirmos refletindo sobre a constituição do sujeito/analista e a implicação dos “outros” na sua formação.

Opto por finalizar este escrito com uma citação de Coutinho Jorge sobre a obra freudiana, que, para mim, fala sobre essa travessia do despertar, ou seja, dessa trabalhosa e liberta possibilidade de ser um Sujeito no mundo, de vir a ser um analista, sempre em formação. “A obra de Freud é uma proposta para desconstruir os sentidos dados, abrir portas e viajar no desconhecido – pode-se dizer que é, essencialmente, uma obra sobre o despertar.” (JORGE, 2017, p. 246-247).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COTTET, S. **Freud e o desejo do psicanalista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DUTRA, M. L. P. A repetição possível na formação psicanalítica. *In*: SOUTO, V. F. (Org.). **Formação psicanalítica: fatos e versões**. Porto Alegre: CEPdePA: Letras & Vida, 2010.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

FINGERMANN, D. **A (de)formação do psicanalista: as condições do ato psicanalítico**. São Paulo: Escuta, 2016.

FRANCISCHELLI, L. Notas sobre a formação. *In*: SOUTO, V.F. (Org.). **Formação psicanalítica: fatos e versões**. Porto Alegre: CEPdePA: Letras & Vida, 2010.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 7).

FREUD, S. (1910). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 11).

FREUD, S. (1912a). A dinâmica da transferência. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1912b). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 23).

FREUD, S. (1926). A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**.

Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 20).

FREUD, S. (1937). Análise terminável e interminável. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 23).

HAUSEN, D.; PAIM FILHO, I. O exercício clínico faz diferença na leitura teórica? *In*: SOUTO, V. F. (Org.). **Formação psicanalítica: fatos e versões**. Porto Alegre: CEPdePA: Letras & Vida, 2010.

JORGE, M. A. C. Aprender a aprender. Lacan e a supervisão psicanalítica. *In*: JORGE, M. A. C. (Org.). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise: de Freud a Lacan: volume 3: a prática analítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

JORGE, M. A. C. Jacques Lacan e a estrutura da formação psicanalítica. 2010. Disponível em: <https://www.estadosgerais.org/encontro/lacan-estrutura.shtml>. Acesso em: 2 out. 2018.

KEHL, M. R. A psicanálise e o domínio das paixões. *In*: NOVAES, A. (Org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LACAN, J. (1959-1960). **O seminário: livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J. (1964). O sujeito e o outro (I): a alienação. *In*: LACAN, J. **O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1972-1973). **O seminário: livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LIMA, A. **O escrito do analista e o desejo de saber**. 1992. Disponível em: http://www.projetoFreudiano.com.br/publicacoes/escrito_do_analista_desejo_de_saber.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

MELLO, E. N. de. **Entre a lei e o desejo**: antecedentes à abordagem lacaniana do problema da ética em “Kant com Sade”. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4824/DissENM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2018.

MENDES, E. R. P. Sobre a supervisão. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 49-55, dez. 2012.

MEZAN, R. **A sombra de Don Juan e outros ensaios**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.

QUINET, A. **A estranheza da psicanálise**: a escola de Lacan e seus analistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

QUINET, A. O estilo, o analista e a escola. In: PSICANÁLISE e amor. 2015. Disponível em: <http://psicanaliseeamor.com.br/o-estilo-analista-e-a-escola/>. Acesso em: 28 set. 2018.

RINALDI, D. **Transferência e desejo do analista**. [2010]. Disponível em: http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/int-biblioteca/DRinaldi/Doris_rinaldi_trasferencia_desejo_analista.pdf. Acesso em: 7 set. 2018.

ROUDINESCO, E. A escola freudiana de Paris: a reconquista. In: ROUDINESCO, E. **A história da psicanálise na França**: a batalha dos cem anos: volume 2: 1925-1985. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

SANTORO, V. C. Lacan e a formação do psicanalista. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 29, n. 54, p. 115-118, set. 2007.

SANTOS, S. Ética e psicanálise desde Freud, um binômio em questão na formação de analistas. In: SOUTO, V. F. (Org.). **Formação psicanalítica**: fatos e versões. Porto Alegre: CEPdePA: Letras & Vida, 2010.

SCHNAIDERMAN, R. Política de formação em psicanálise: alinhando algumas anotações de leitura. **Percurso**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 11-15, 1988. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/pdfs/p01_texto02_ano01.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

SIRELLI, N. M. **Alienação e separação**: a lógica do significante e do objeto na constituição do sujeito. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradospsicologia/2010/Dissertacoes/DissertacaoNilda.pdf>. Acesso em: 3 set. 2018.

SOUTO, V. *et al.* O tempo da trans-forma-ção psicanalítica. In: SOUTO, V. F. (Org.). **Formação psicanalítica**: fatos e versões. Porto Alegre: CEPdePA: Letras & Vida, 2010.

VALABREGA, J. P. **A formação do psicanalista**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

The crossing of the analyst: from alienation to separation

ABSTRACT

This work aims to think of the analyst implied in his/her training and the hard path which enables a self recognition in that place. A parallel has been traced between the constitution of the subject and the crossing that favors the (self) constitution of the analyst, throughout the analytical tripod. It is defended the idea that personal analysis works as a foundation in the analyst's constitution. Only through that, the other foundations – supervision and theory – could reach their character of importance in the formation/shaping of the analyst. This work was based upon contemporaneous authors and upon the Freudian and Lacanian theory. As the analyst's training is unfinished, it is of major importance to highlight the moment in which this work was thought. The author is in the 4th year of CEPdePA seminars, marking with this, a first period of analytical training/formation as well as the need to move on, to keep on thinking, building, deconstructing and elaborating the sustaining of this un-known place of being analyst.

Keywords: Constitution. Formation. Subject. Analyst. Authorization